

# ESC Energia S.A.

CNPJ nº 15.146.011/0001-51

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da ESC Energia S.A. submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017. A Administração

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)							
ATIVO	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalentes de caixa		3	1	Dividendos a pagar	6	—	51.000
Dividendos a receber	6	64.434	49.204	<b>Total do circulante</b>			<b>51.000</b>
Tributos a compensar		75	73	<b>Patrimônio líquido</b>	5		
<b>Total do circulante</b>		<b>64.512</b>	<b>49.278</b>	Capital social		1.263.587	1.263.587
<b>Não circulante</b>				Reserva de capital		59.460	59.460
Investimentos	4	2.011.543	1.776.770	Reserva legal		61.965	48.075
<b>Total do não circulante</b>		<b>2.011.543</b>	<b>1.776.770</b>	Reservas de lucros		746.025	546.965
				Reservas de lucros a realizar		65.978	—
				Ajuste de avaliação patrimonial		(120.959)	(143.039)
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.076.055</b>	<b>1.775.048</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>2.076.055</b>	<b>1.826.048</b>	<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<b>2.076.055</b>	<b>1.826.048</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras

Demonstrações dos Resultados			
Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)			
	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas		—	(6)
<b>Resultado do serviço</b>			<b>(6)</b>
<b>Resultado de participações societárias</b>	4.2	277.801	213.591
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras		—	25
Despesas financeiras		—	(113)
			<b>(88)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>277.801</b>	<b>213.497</b>
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras			

Demonstrações dos Resultados Abrangentes		
Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)		
	2017	2016
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>277.801</b>	<b>213.497</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>		
<b>Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:</b>		
Resultado abrangente do exercício reflexo sobre os investimentos da Companhia	22.080	(90.647)
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>299.881</b>	<b>122.850</b>
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras		

Demonstrações dos Fluxos de Caixa		
Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016 (Em milhares de reais)		
	31/12/2017	31/12/2016
<b>Lucro antes dos tributos</b>		
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais</b>		
Equivalência patrimonial	(277.801)	(213.591)
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>		
Tributos a compensar	(2)	(7)
Dividendos recebidos	51.002	48.425
Outros ativos operacionais	2	—
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais</b>	<b>51.002</b>	<b>48.324</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Dividendos pagos	(51.000)	(48.336)
<b>Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento</b>	<b>(51.000)</b>	<b>(48.336)</b>
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2</b>	<b>(12)</b>
<b>Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1</b>	<b>13</b>
<b>Saldo final de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras		

em conjunto CPFL Energia S.A.

Em 29 de abril de 2016, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social, mediante integralização de adiantamentos para futuro aumento de capital, no valor de R\$ 18.850, sem emissão de novas ações, sendo R\$ 9.250 integralizado pela acionista Átila Holding S.A. e R\$ 9.600 integralizado pela acionista VBC Energia S.A.

Em 27 de junho de 2016, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital social no valor de R\$ 246.304, sem emissão de novas ações. Referido aumento de capital foi integralizado mediante passivos detidos pela Camargo Corrêa S.A. e VBC Energia S.A., relacionados a dividendos e contratos de mútuos.

Em 23 de janeiro de 2017, a State Grid Brazil Power Participações S.A. adquiriu 100% da participação da ESC Energia S.A. dos antigos controladores, a qual já possuía 23% de participação na CPFL Energia S.A.

**A participação dos acionistas no capital social está assim distribuída:**

	Quantidade de ações			
	2017		2016	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
Acionista-				
VBC Energia S.A.	—	0,00%	260.598.154	25,00%
Camargo Corrêa S.A.	—	0,00%	781.794.461	75,00%
State Grid Brazil Power Participações S.A.	1.042.392.615	100%	—	0,00%
<b>Total</b>	<b>1.042.392.615</b>		<b>1.042.392.615</b>	

**Destinação do lucro líquido do exercício**  
O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendo anual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

	2017	2016
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>277.801</b>	<b>213.497</b>
Constituição de reserva legal - 5%	(13.890)	(10.675)
Base para apuração de dividendos	263.910	202.822
<b>Proposta da administração</b>		
Dividendos	—	(51.000)
Constituição de reserva de lucros a realizar	(65.978)	—
Constituição da reserva para retenção de lucros	197.933	152.545
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2016, os acionistas da Companhia aprovaram a antecipação de distribuição de dividendos do exercício de 2016, no montante de R\$ 51.000.		

6. PARTES RELACIONADAS		
Ativo circulante:		
	2017	2016
Dividendos a receber		
CPFL Energia S.A.	64.434	49.204
<b>Total do ativo circulante:</b>	<b>64.434</b>	<b>49.204</b>
Passivo circulante:		
Dividendos a pagar		
Camargo Corrêa S.A.	—	38.250
VBC Energia S.A.	—	12.750
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>—</b>	<b>51.000</b>

Não houve remuneração aos Administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

7. INSTRUMENTOS FINANCEIROS		
A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e financeiras.		
A gestão desses instrumentos financeiros é realizada por meio da definição de práticas, de estratégias e do estabelecimento de sistemas de controle, sendo monitorada pela Administração da Companhia.		
Em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, a Companhia não possui operações de derivativos.		
7.1. Categoria de instrumentos financeiros:		
	2017	2016
<b>Ativos financeiros</b>		
Valor justo contra o resultado (nível 1)		
Caixa e equivalentes de caixa	3	1
<b>8. INFORMAÇÕES ADICIONAIS AO FLUXO DE CAIXA</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
<b>Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:</b>		
Aumento de capital com mútuos, dividendos a pagar e adiantamentos para futuro aumento de capital	—	265.154
Redução de capital com transferência de investimento	—	45.364

DIRETORIA	
<b>Yang Qu</b> - Diretor Presidente	
<b>Yuehui Pan</b> - Diretor Vice-Presidente	
CONTADOR	
<b>Paulo Sérgio Piccolo</b> - CRC 1SP166.776/O-2	

para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 24 de abril de 2018

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP027612/O-4

**Thiago Rodrigues de Oliveira**  
Contador CRC 1SP259468/O-7

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ESC Energia S.A. ("ESC" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída com o objetivo principal de participar no capital de outras sociedades e na administração de bens e negócios próprios ou de terceiros, localizada em São Paulo - SP - Brasil.

Em 23 de Janeiro de 2017, ocorreu a transferência das ações da ESC para a State Grid Brazil Power Participações Ltda., incluindo a obtenção das devidas aprovações da Transação por parte das autoridades públicas competentes, incluindo o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") e a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2.1. Base de preparação**  
As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 24 de abril de 2018.

**2.2. Base de mensuração**  
As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo.

**2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação**  
A moeda funcional da Companhia é o real (R\$), mesma moeda de apresentação das demonstrações financeiras.

## 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

**3.1. Caixa e equivalentes de caixa**  
São representados por recursos em contas bancárias de livre movimentação, contabilizados pelo método de valor justo contra resultado.

**3.2. Participações societárias**  
O investimento na CPFL Energia S.A. é registrado pelo método de equivalência patrimonial. Conforme este método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da participação da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes das investidas. Quando a parcela da Companhia em prejuízo de uma investida excede a participação da Companhia naquela investida, a Companhia deixa de reconhecer sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver responsabilidade legal sobre as obrigações da investida.

**3.3. Imposto de renda e contribuição social**  
As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na

## 4.1. Participações societárias permanentes por equivalência patrimonial:

	2017						
	Participação no capital social - %	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido (*)	Lucro líquido do exercício (*)	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial
<b>Investimento</b>							
CPFL Energia S.A.	23,00%	41.282.912	30.096.569	8.961.528	1.179.750	22.080	277.801
2016							
	Participação no capital social - %	Total do ativo	Total do passivo	Patrimônio líquido (*)	Lucro líquido do exercício (*)	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado de equivalência patrimonial
<b>Investimento</b>							
CPFL Energia S.A.	23,00%	42.170.992	31.798.324	7.970.021	900.885	(90.647)	213.591

(\*) Refere-se ao saldo do patrimônio líquido e lucro líquido do exercício atribuídos aos acionistas controladores.

## 4.2. Movimentação do investimento:

Saldo em 31 de dezembro de 2015		2016	2017
		1.746.536	
Dividendos a receber		(48.425)	
Baixa (a)		(45.364)	
Ajuste de avaliação patrimonial (b)		(90.647)	
Resultado de equivalência patrimonial		213.591	
Outras transações de capital (c)		1.079	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>		<b>1.776.770</b>	
Dividendos a receber		(64.434)	
Ajuste de avaliação patrimonial (b)		22.080	
Resultado de equivalência patrimonial		277.801	
Outros		(674)	
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2017</b>		<b>2.011.543</b>	

## Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente